**O que esperar do Censo quilombola de 2020? Notas de (re)leitura do Censo Demográfico 2010**

José Maurício Arruti

Apesar de serem as bases de dados mais completas existentes no país, os Censos Demográficos não contêm informações sobre os territórios e as populações quilombolas. Isso começa a mudar este ano, com o início do novo recenseamento, e em 2022, ano da provável publicação das primeiros dados do Censo sobre o tema.

O Nexo já ofereceu um breve panorama de Como o IBGE pretende incluir quilombolas no censo de 2020, mas ficam as questões: O que esperar desses dados? De quais parâmetros podemos dispor para antecipar e estimar a mudança da situação das comunidades quilombolas ao longo da última década? Em outro artigo (Quilombos: Quantos são? Quem são?) nós já apresentamos um pouco da pesquisa realizada em parceria entre Pesquisadores do NEPO-Unicamp e do CEM-CEBRAP que buscou esboçar uma resposta a esta pergunta.

Nestes infográficos retornamos àquela pesquisa para apresentar alguns indicadores sobre a situação quilombola em 2010 que são reconhecidos como boas medidas para avaliar o desenvolvimento e acesso às políticas públicas – renda e alfabetização (ambos compõem o famoso Índice de Desenvolvimento Humano – IDH[[1]](#footnote-1)), acesso à agua, saneamento, energia elétrica e coleta de lixo.

Nas tabelas abaixo desagregaremos as informações também segundo sejam áreas rurais e urbanas, mas como o peso da população rural dos territórios quilombolas é muito maior em comparação com a da zona urbana, os resultados totais sempre serão mais próximos dos rurais em termos relativos.

# Renda

É impossível tratar do tema das desigualdades sem levar em conta a variável renda[[2]](#footnote-2), ainda que este indicador precise ser tematizado pela sua especificidade cultural, no caso dos quilombos, pela especificidade de compartilharem “terras de uso comum” e não propriedades individuais.

Nosso estudo mostrou que a população quilombola do nosso universo possui rendimentos mais baixos em todas as comparações: em relação a outros grupos de cor e raça e em relação aos municípios em que se localizam**.** De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010, o rendimento mensal médio dos brancos (R$ 1574) e amarelos (R$ 1538) era quase o dobro do observado entre os pretos (R$ 834), pardos (R$ 845) e indígenas (R$ 735). Ao compararmos esses dados com os levantados pelo nosso estudo, é possível observar que a população dos setores censitários pertencentes aos territórios quilombolas teve rendimento bem menor que todos os outros grupos: R$ 504, o que representa 31,5% menos do que o rendimento médio da população indígena, que possui, de acordo com o IBGE, os menores ganhos em âmbito nacional. Esses dados mostram que o rendimento médio mensal dos brancos é 305% maior do que aquele observado na população negra dos territórios quilombolas analisados.

**Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grupos de cor ou raça – Brasil**

|  |  |
| --- | --- |
|  | Em R$ |
| Branca | 1574 |
| Preta | 834 |
| Amarela | 1538 |
| Parda | 845 |
| Indígena | 735 |
| TQ’s | 504 |

Considerando-se apenas os totais gerais, o rendimento nos territórios quilombolas é, em média, 55% menor do que seu equivalente na população em geral nas grandes regiões do país. As maiores diferenças entre os rendimentos médios dos TQ’s e regional estão no Centro-Oeste (onde a média geral de rendimento é 207% maior que a observada nos TQ’s), seguido do Nordeste (191%), Sudeste (182%), Norte (174%), e Sul (124%).

**Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | TQ’s (em R$) | Brasil(em R$) |
| CENTRO-OESTE | 666 | 1378 |
| NORDESTE | 371 | 708 |
| NORTE | 499 | 867 |
| SUDESTE | 756 | 1378 |
| SUL | 977 | 1216 |
| Total | 521 | 1142 |

Importante chamar atenção para como esta pobreza não é contextual, ou seja, não é compartilhada igualmente pelos demais moradores do mesmo município. A população moradora dos territórios quilombolas possui renda nominal em média 42% mais baixa do que a da população nos municípios aos quais pertencem os territórios quilombolas. Esse dado nacional se repete nas grandes regiões (com a exceção do Sul, onde se encontra o menor número de territórios quilombolas do nosso universo): na região do Nordeste, onde se encontra a maior parte da população dos territórios quilombolas da nossa mostra, enquanto o rendimento nominal médio dos residentes quilombolas é de R$ 371, nos municípios onde eles se localizam ela é de R$ 740.

Essa diferença se mantém quando diferenciamos as áreas rurais e urbanas. Se a média de rendimento nominal é R$1796 nas áreas urbanas e de R$ 616 nas áreas rurais dos municípios selecionados, nos territórios quilombolas ela não passa de R$ 1114 na zona urbana e de R$ 458 na rural.

**Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade nos TQ’s, Municípios Selecionados e Brasil por região e situação**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|   |   | TQ's | Munic. | Brasil |  |  | TQ's | Munic. | Brasil |
| CENTRO-OESTE | **RURAL** | **658** | 972 | 887 | **SUDESTE** | **RURAL** | **574** | 850 | 768 |
| **URBANO** | **799** | 2224 | 1512 | **URBANO** | **1262** | 1828 | 1463 |
| **Total** | **667** | 2119 | 1379 | **Total** | **756** | 1789 | 1378 |
| NORDESTE | **RURAL** | **365** | 391 | 413 | **SUL** | **RURAL** | **718** | 873 | 853 |
| **URBANO** | **472** | 926 | 896 | **URBANO** | **2855** | 1901 | 1336 |
| **Total** | **371** | 740 | 709 | **Total** | **977** | 1827 | 1217 |
| NORTE | **RURAL** | **499** | 495 | 538 | **Total** | **RURAL** | **458** | 616 | 615 |
| **URBANO** |  **-** | 1094 | 1069 | **URBANO** | **1114** | 1796 | 1306 |
| **Total** | **499** | 931 | 867 | **Total** | **521** | 1672 | 1143 |

A porcentagem de pessoas com o rendimento nominal médio de até ½ salário mínimo é sempre mais alta nos territórios quilombolas, tanto se comparada com a observada tanto no Brasil quanto com os municípios em que estão situados. Enquanto a proporção de pessoas com rendimento de até ½ salário mínimo é de 3,0% no Brasil em geral e de 3,9% nos municípios que possuem territórios quilombolas, essa porcentagem é significativamente superior nos territórios quilombolas (18,0%)[[3]](#footnote-3).

Nas áreas rurais, onde as taxas de pobreza são historicamente mais altas, os territórios quilombolas apresentam uma situação mais acentuada, com 19,3% de sua população com rendimento de até ½ salário mínimo, contra 15,2% no Brasil rural e 16,0% nos municípios selecionados. No zona urbana, onde a disposição de recursos monetários se torna mais crítica na medida em que a população quilombola não pode recorrer aos meios de subsistência, a tendência se mantém: são 8,9% da população dos territórios quilombolas contra 6,3% nos municípios aos quais pertencem e 4,8% no Brasil.

**Percentual de pessoas com rendimento de até meio salário mínimo sobre o total das pessoas residentes. Territórios Quilombolas, Brasil e Municípios selecionados, 2010**

|  |  |
| --- | --- |
|  |  |
|  | **Rural** | **Urbano** | **Total** |
| Territórios Quilombolas | 19,3% | 8,9% | 18,0% |
| Municípios | 16,0% | 6,3% | 3,9% |
| Brasil | 15,2% | 4,8% | 3,0% |

# Mulheres na chefia dos domicílios

Cada vez mais, uma significativa proporção de domicílios chefiados por mulheres em todo o país. De acordo com informações publicadas pelo Dieese, a chefia feminina estava presente em 19,3% dos domicílios, em 1992, e já atingia, dez anos mais tarde, 25,5% dos lares brasileiros (Dieese, 2004: 1). Os dados do censo de 2010 mostram que, no que diz respeito às áreas rurais, a situação existe uma maior percentagem de domicílios com mulheres responsáveis nos territórios quilombolas (30,5%) do que a percentagem de domicílios do mesmo tipo nos municípios selecionados (28,7%) e nas áreas rurais do Brasil (25,2%).

**Percentual de domicílios com mulheres responsáveis/chefes. Territórios Quilombolas, Brasil e Municípios selecionados, 2010.**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|   | Rural | Urbano | Total |
| Territórios Quilombolas | 30,5% | 37,4% | 31,4% |
| Brasil | 25,2% | 41,0% | 38,8% |
| Municípios | 28,7% | 44,6% | 43,6% |

O indicador “domicílio chefiado pela mulher” é importante na medida em que tais domicílios estavam entre os mais pobres (Novelino, s/d), acarretando consequências diretas para a vida de seus filhos. Nossa pesquisa mostra uma grande porcentagem de mulheres responsáveis pelo domicílio com rendimento nominal mensal de até ½ salário mínimo: enquanto no âmbito nacional, este conjunto de mulheres corresponde a 8,5% do total, nos territórios quilombolas a porcentagem atinge 23,1%.

Na área rural, 24,6% dos domicílios situados nos territórios quilombolas nencontram-se nessa situação, contra 17,9% dos domicílios dos municípios em que estão situados e 16,9% no Brasil em geral.

**Porcentagem de domicílios com chefes com rendimento ate ½, TQ, Brasil, municípios, Urbano/Rural**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|   | Rural | Urbano | Total |
| TQ's | 24,6% | 12,6% | 12,6% |
| Municípios | 17,9% | 4,4% | 5,4% |
| Brasil | 16,9% | 6,8% | 8,5% |

# Saneamento – água, esgoto e coleta de lixo

De acordo com a Organização Mundial da Saúde - OMS, muitas doenças e mortes ocorridas anualmente em todo o mundo estão relacionadas com os problemas presentes nas estruturas de saneamento básico (sobretudo nos sistemas de água e esgoto) em muitos países pobres e em desenvolvimento. No que se refere à existência do saneamento básico e à coleta de lixo, os territórios quilombolas possuem indicadores piores que a média nacional e dos municípios em que se encontram.

Não há um critério previamente estabelecido pelo IBGE para classificar o abastecimento de água como adequado ou inadequado, mas nas publicações oficiais do Censo 2010, ao menos três categorias são comumente consideradas nas agregações feitas pelas publicações oficiais como mais adequadas: a distribuição de água por rede geral de distribuição, por poço ou nascente na propriedade ou por água da chuva armazenada em cisternas.

Considerando a soma dos domicílios que se encaixam em pelo menos uma dessas situações, é possível perceber que o padrão de abastecimento de água nos territórios quilombolas se assemelha, sobretudo na área rural, ao resto do país, estando na faixa de um terço de domicílios. Contudo, a proporção nas áreas urbanas é significativamente menor nos domicílios do universo territórios quilombolas (70%) nos territórios quilombolas contra mais de 90% no Brasil e nos municípios em que estão situados.

**Percentual de domicílios com distribuição de água por rede geral de distribuição, por poço ou nascente na propriedade ou por água da chuva armazenada em cisternas. TQ’s, Municípios selecionados e Brasil, 2010.**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|   | Rural | Urbano | Total |
| Territórios Quilombolas | 28,4% | 69,1% | 33,4% |
| Municípios | 32,3% | 95,5% | 91,6% |
| Brasil | 27,8% | 91,9% | 82,9% |

No que se refere ao esgotamento sanitário, os domicílios particulares permanentes com o acesso à rede de esgoto são menos frequentes nos territórios quilombolas do que nos municípios selecionados e no Brasil em geral e essa diferença é de 6 pontos percentuais na zona rural e de mais de 30 na área urbana.

**Porcentagem de domicílios com e** **acesso à rede de esgoto. Territórios Quilombolas, Municípios selecionados e Brasil, 2010.**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | Rural | Urbano | Total |
| Territórios Quilombolas | 14,2% | 47,5% | 19,5% |
| Municípios | 21,30% | 84,70% | 81,40% |
| Brasil | 20,0% | 75,80% | 68,90% |

 *Coleta de lixo*. Em praticamente todas as regiões percebe-se uma maior desvantagem da zona rural em relação à urbana no que concerne a coleta de lixo.

**Porcentagem de domicílios com coleta de lixo. Territórios Quilombolas, municípios selecionados e Brasil, 2010.**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|   |   | TQ's | Munic. | Brasil |  |  | TQ's | Munic. | Brasil |
| CENTRO-OESTE | **RURAL** | 9,9% | 35,9% | 18,9% | **SUDESTE** | **RURAL** | 35,0% | 58,3% | 40,4% |
| **URBANO** | 79,3% | 99,1% | 98,3% | **URBANO** | 97,6% | 99,1% | 98,7% |
| **Total** | 15,4% | 96,1% | 89,6% | **Total** | 51,6% | 98,3% | 94,9% |
| NORDESTE | **RURAL** | 9,0% | 17,4% | 18,7% | **SUL** | **RURAL** | 49,0% | 56,0% | 45,8% |
| **URBANO** | 80,0% | 93,2% | 93,5% | **URBANO** | 99,8% | 99,6% | 98,9% |
| **Total** | 16,4% | 75,7% | 74,9% | **Total** | 57,2% | 98,0% | 91,3% |
| NORTE | **RURAL** | 11,8% | 12,9% | 13,7% | **Total** | **RURAL** | 16,0% | 29,5% | 26,8% |
| **URBANO** | - | 96,1% | 93,5% | **URBANO** | 88,3% | 98,4% | 97,2% |
| **Total** | 11,8% | 80,0% | 74,2% | **Total** | 25,2% | 94,1% | 87,3% |

No caso dos territórios quilombolas, o acesso aos itens considerados adequados é menor do que a média dos municípios nos quais são localizados.

# Alfabetização

Considerando-se apenas as pessoas que possuem dez anos ou mais de idade, as taxas de alfabetização nos territórios quilombolas são, em geral, inferiores às encontradas no Brasil em geral e nos municípios em que estão situado. Em termos gerais, enquanto a porcentagem de alfabetizados com 10 anos ou mais de idade é de 75,6% nos territórios quilombolas, ela atinge 91% no país e 94,3% nos municípios selecionados. Assim como ocorre com outros índices analisados, a área rural possui uma significativa desvantagem neste aspecto em comparação com as áreas urbanas. Enquanto nas primeiras, as taxas de alfabetização dos territórios quilombolas, Brasil e municípios em que estão situados são, respectivamente de 74,0%, 78,7% e 78,2%, nas áreas urbanas essas porcentagens são de 87,2%, 93,2% e 95,5%, respectivamente.

**Distribuição dos alfabetizados (de 5 a 9 e de 10 ou mais), por localização. Territórios Quilombolas, Brasil e municípios selecionados, 2010.**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | Territórios Quilombolas | Brasil | Municípios |
|  | **5 a 9****anos** | **10 anos****ou mais** | **5 a 9****anos** | **10 anos****ou mais** | **5 a 9****anos** | **10 anos****ou mais** |
| RURAL | 47,1% | 74,0% | 55,1% | 78,7% | 53,3% | 78,2% |
| URBANO | 68,7% | 87,2% | 71,6% | 93,2% | 74,1% | 95,5% |
| Total | 49,4% | 75,6% | 68,5% | 91,0% | 72,0% | 94,3% |

Se na população com 10 anos ou mais de idade a análise dos dados aponta para uma situação histórica de desvantagem dos jovens e adultos residentes nos territórios quilombolas, o cruzamento de informações sobre a população de 5 a 9 anos é ainda mais relevante para mostrar que essas desigualdades não têm sido combatidas no presente. A taxa de alfabetização da população de 5 a 9 anos nos territórios quilombolas é de apenas 49,5% contra 72,0% nos municípios em que estão localizados e 68,5% no total nacional. Essas diferenças são ainda mais gritantes se forem comparadas as populações de territórios quilombolas das áreas urbanas e rurais. Enquanto nas primeiras a porcentagem de crianças de 5 a 9 anos alfabetizadas é de 68,7%, nas segundas ela não passa de 47,1%, a taxa mais baixa em comparação inclusive, com as taxas observadas no Brasil rural (55,1%) e nas áreas rurais dos seu municípios (53,3%).

Ao serem consideradas as taxas de alfabetização apenas das pessoas responsáveis pelo domicílio, a desvantagem quilombola se mantém. No âmbito rural ou urbano, as populações residentes dos Territórios Quilombolas possuem menor nível de alfabetização que os responsáveis fora dessas áreas, independentemente do sexo dos moradores. Tanto para homens quanto para mulheres, a taxa de alfabetização dos moradores responsáveis por domicílios quilombolas ficam em torno de 60% na área rural e 80% na área urbana, quase dez pontos percentuais abaixo, em média, do total de moradores em nível nacional que chefiam o domicílio ou daqueles residentes nos municípios em que os territórios quilombolas estão localizados.

**Taxas de alfabetização das pessoas responsáveis pelo domicilio. Territórios Quilombolas, Brasil e municípios selecionados, rural/urbano, 2010.**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | Territórios Quilombolas | Brasil | Municípios |
|  | **Masculino** | **Feminino** | **Masculino** | **Feminino** | **Masculino** | **Feminino** |
| RURAL | 59,0% | 62,2% | 66,0% | 69,7% | 66,8% | 68,1% |
| URBANO | 78,9% | 80,7% | 88,8% | 92,1% | 93,2% | 95,1% |
| Total | 62,0% | 64,3% | 86,7% | 88,2% | 92,1% | 92,9% |

Fonte: Banco de dados de TQ’s CEM/CEBRAP e CPEI & NEPO/UNICAMP; IBGE, Censo Demográfico 2010.

Dados retirados do Projeto Desiguais diferentes: diálogos em torno de indígenas, quilombolas e a estrutura de desigualdades no Brasil (Christian Aid Brasil). Coordenadores: José Maurício Arruti (UNICAMP) e Monika Dowbor (CEBRAP) . Pesquisadores: Alessandra Traldi Simoni, Bárbara Roberto Estanislau, Ricardo de Sampaio Dagnino e Thais Tartalha Lombardi (NEPO/UNICAMP); e Daniel Waldvogel, Donizete Cazolato e Danilo Torini (CEM-CEBRAP). Consultora: Marta Maria do Amaral Azevedo (NEPO/UNICAMP). Uma descrição detalhada desta metodologia está disponível no artigo coletivo publicado pelo XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP: http://abep.info/files/trabalhos/trabalho\_completo/TC-2-36-546-523.pdf

1. O IDH inclui a taxa de alfabetização de pessoas acima de 15 anos de idade. [↑](#footnote-ref-1)
2. No caso deste estudo, optou se pela utilização do rendimento mensal nominal médio, isto é, pela soma dos rendimentos que uma pessoa de 10 anos ou mais de idade recebeu no período de um mês, coletada pelo censo 2010. Mesmo levando em conta que o rendimento domiciliar *per capita* é uma variável bastante utilizada nos estudos de desigualdade, a opção pelo rendimento nominal médio se deve ao fato de esta ser uma variável que revela muito sobre a situação comparativa dos indivíduos que estão no mercado de trabalho e que possuem algum rendimento mensal, nos diferentes grupos de cor ou raça. [↑](#footnote-ref-2)
3. Esses dados se referem ao rendimento nominal individual de quem possui alguma renda. Não se referem, portanto, à renda per capita (que inclui na contagem aqueles que não possui rendimentos). [↑](#footnote-ref-3)